

Ditadura militar e concordata moral

Carlos Fico

Serbin, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na Ditadura*. Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 566p.

Críticas acerbas providas de intelectuais brasileiros atingiam os brasilianistas no final dos anos 1970: acusados de terem acesso privilegiado a documentos históricos, e até mesmo de serem agentes disfarçados da CIA, a principal censura acadêmica que se fazia aos pesquisadores norte-americanos interessados na história brasileira era a de fragilidade teórica: empiristas, seus trabalhos seriam ingênuos, carentes de sofisticação analítica. No Brasil, era a época do embate entre “velhos” e “novos”, isto é, entre a história tradicional factualista e os enfoques renovadores do marxismo e da fase braudeliana dos *Annales*. Por isso, soava especialmente retrógrada a opção de alguns brasilianistas pela história narrativa e descritiva que, em alguns casos, focalizavam apenas

as elites e os poderosos. Não é o caso de se discutir aqui a justeza dessas críticas, mas acho interessante notar que, em seu mais recente livro, Kenneth P. Serbin optou precisamente pelo que ele chama de “narrativa interpretativa” e pelo estudo das elites, passando ao largo das análises de fenômenos políticos de uma perspectiva cultural ou antropológica — tendência forte inclusive entre norte-americanos, como lembrado por Roberto M. Levine — que buscam, desse modo, renovar a história política tradicional.

Portanto, a consideração do livro de Serbin não suscita apenas o exame do seu estrito objeto de análise (relações entre Igreja Católica e Ditadura Militar). Enseja também uma reflexão sobre as virtualidades e os limites da abordagem de temas que não sejam próprios à história pátria (algo, infelizmente, muito raro entre historiadores brasileiros) e sobre a problemática teórica de nossa disciplina, que vive os rescaldos da assim chamada “crise da história”. Naturalmente, este não é o

espaço para o desenvolvimento de tão amplas questões. Aqui devemos nos restringir a pergunta mais simples, sobre como um brasilianista de nova geração enfrenta tais problemas. Serbin opta pelo que vem se tornando a “saída” encontrada por muitos de nós, que nos assombra-mos com as críticas feitas às pretensões de objetividade da “velha” história dos meados do século XX: o refúgio na pragmática metodológica (revalorização do material histórico, especialmente através do documento excepcional e/ou inédito; a reafirmação da capacidade gnoseológica da história de alcançar a objetividade etc.) e a busca de uma história “agradável de se ler”, espécie de reconhecimento da dimensão estética ou ficcional da narrativa histórica — reação algo paradoxal às críticas que a teoria literária nos assacou a partir dos anos 1970.

Assim, a opção de Serbin pelo que ele chama de “narrativa interpretativa” define-se pela necessidade de constituição de uma “ainda incipiente narrativa histórica da era Médici” (p. 12), algo que supõe a hipótese epistemológica da possibilidade de constituição de uma tal narrativa objetiva. De outro lado, o empreendimento assenta-se na cren-

ça de que a constituição dessa narrativa, “ao retratar a convergência de indivíduos, incidentes e tendências” (mesma página), bem esclarece a história, pois o acaso, o indivíduo e seus relacionamentos pessoais seriam fundamentais para se compreender, no caso, a Ditadura Militar. Como se vê, há muitas formas de se resgatar o papel do indivíduo, que a história marxista e “estrutural” praticamente elidiram, e não apenas o receituário da história que tem sido chamada de “pós-moderna”. Dito de maneira mais explícita, a estratégia cognitiva de recuperação do indivíduo (cara aos autores do que se convencionou chamar de “Nova História”) pode estar associada à crença, tipicamente moderna, no alcance explicativo do conhecimento objetivo. Além dessa fundamentação teórica, a opção de Serbin pela “narrativa interpretativa” busca ser acessível ao público não especializado, na medida em que evita o jargão acadêmico.

Não se pense que a menção a essas questões seja o intróito de uma daquelas diatribes que abalaram as relações entre alguns historiadores brasileiros e os brasilianistas norteamericanos nos anos 1970/80: estamos todos no mesmo barco, e as re-

flexões que o novo trabalho de Serbin possibilitam servem-nos, igualmente, para a consideração de nossos próprios limites e deficiências. Mas, na verdade, o problema teórico posto pela já antiga “questão da narrativa” nada tem a ver com a opção, que todos temos procurado fazer, por uma escrita atraente. Corremos sempre o risco do recurso ao fútil ou ao frívolo: de fato, numa primeira mirada, parece irrelevante saber que uma das personagens principais da trama que Serbin reconstituiu (Candido Mendes) aprecia “peixe ao molho de camarão” (p. 38), mas o autor não é um ingênuo, e esse tipo de informação serve para compor não apenas o perfil das personalidades envolvidas, como também introduz algo que parece ser indispensável à compreensão da metodologia da história do “tempo presente”: a própria trajetória da pesquisa. Kenneth P. Serbin está absolutamente presente em seu livro, pois a todo momento podemos vê-lo narrando como conseguiu esta ou aquela entrevista, ou como chegou à descoberta de sua notável documentação. Compartilhar com o leitor essas “narrativas” — aquela propriamente histórica e aquela que se refere à pesquisa e à trajetória indi-

vidual do autor — não deixa de ser uma saída apropriada para nossa disciplina, que tem tantas dúvidas sobre a eficácia epistemológica de seus procedimentos metodológicos. Os riscos propriamente estéticos ou literários não devem servir como desestímulo.

Kenneth P. Serbin pesquisa a história contemporânea da Igreja Católica brasileira há mais de quinze anos. Tendo vindo ao Brasil, em 1986, para estudar português, interessou-se pela dita “Igreja progressista”, que lhe pareceu viva e dinâmica, diferentemente do “insípido catolicismo da América do Norte” (p. 50). Abandonou, na ocasião, seus antigos interesses pela história mexicana e decidiu fazer uma tese sobre a história da formação do clero brasileiro, que lhe valeu o doutoramento, em 1993, pela University of California, San Diego (*Needs of the heart: a cultural and social history of Brazil's clergy and seminaries*). *Diálogos na sombra* é uma tradução e ampliação de *Secret dialogues: Church-State relations, torture, and social justice in authoritarian Brazil*, publicado pela University of Pittsburgh Press, em 2000, livro que resultou, principalmente, das pesquisas que o autor fez nos arquivos pessoais do

general Antônio Carlos da Silva Muricy, custodiados pelo CPDOC e liberados para consulta no final de 1992. Para a versão em português, Serbin fez novas pesquisas (sobretudo entrevistas) e reescreveu o texto.

A principal contribuição de *Diálogos na sombra* é revelar a existência de uma assim chamada “Comissão Bipartite”, fórum informal de discussões entre a Igreja e os militares, durante o governo Médici e o início do governo Geisel. O relacionamento entre governo e Igreja estava bastante deteriorado, em 1970, em função das denúncias de tortura e maus-tratos que atingiam os católicos, inclusive o clero. Por iniciativa de Candido Mendes, do general Muricy e de Tarcísio Padilha — e com a aprovação do presidente Médici —, ao longo de 4 anos foram realizados 24 encontros, para que cardeais, bispos, militares e intelectuais discutissem abertamente a repressão e o ativismo político da Igreja.

Para a feitura do livro, Serbin optou por uma estratégia que combina a cronologia do período com temáticas importantes da Ditadura Militar (“doutrina” de segurança nacional, acusações de tortura, problemas de censura etc.), que, a par-

tir da constituição da Comissão Bipartite, estiveram naturalmente presentes nos “diálogos” patrocinados pelo órgão. Além de um prefácio e de uma introdução em que o autor situa os pressupostos da pesquisa (os que se referem à conjuntura histórica e os que dizem respeito à sua própria atuação como pesquisador, isto é, as percepções que teve da Ditadura Militar, da Igreja Católica no período e, mormente, da biografia dos envolvidos na Comissão), o livro se desenvolve ao longo de capítulos que vão combinando a própria sucessão de reuniões da Comissão com os temas “quentes” que iam se constituindo como pauta dos encontros. Assim, após os capítulos introdutórios, há um que aborda a discrepância entre os princípios de Medelin e os propósitos da “doutrina” de Segurança Nacional; outro que esclarece a tentativa do governo militar de enquadrar as manifestações da Igreja por ocasião das comemorações do Sesquicentário da Independência (1972); outro sobre direitos humanos, refugiados e censura; um outro sobre a momentosa morte de soldados num quartel de Barra Mansa, e, antes da conclusão, uma narrativa sobre a morte do estudante Alexandre

Vannucchi Leme e os protestos da Igreja que se seguiram.

Portanto, vê-se que, inicialmente preocupada com questões abrangentes, como “uma visão cristã do desenvolvimento” (p. 243), logo a Bipartite teve de enfrentar os episódios cotidianos da conjuntura política, como as denúncias de tortura ou a divulgação, pela Igreja, de documentos críticos. A Comissão seria extinta em 1974, pelo presidente Geisel, que preferiu delegar aos comandantes de área do Exército a tarefa de estabelecer contato com os bispos. Da leitura de *Diálogos na sombra* fica a impressão de que as reuniões serviram para, de algum modo, preservar, precária e informalmente, a “concordata moral”, isto é, a convenção entre Estado e Igreja que busca resguardar os interesses de ambos: de um lado, na impossibilidade de obter o apoio da Igreja, o governo Médici pretendia, ao menos, arrefecer o ânimo crítico da “Igreja progressista”; de outro, era vantajoso para a Igreja manter um canal de comunicação com o governo militar, tendo em vista a preservação de vantagens materiais e simbólicas que somente o Estado podia prover.

O trabalho de Kenneth P. Serbin pertence a uma etapa da histo-

riografia sobre o período que poderíamos chamar de transição. De fato, como costuma ocorrer com sociedades que viveram regimes opressivos, num primeiro momento tivemos conhecimento da Ditadura Militar sobretudo através de uma memorialística, fruto principalmente dos relatos dos militantes de esquerda que optaram pela luta armada e dos depoimentos de militares, embora também enriquecida por testemunhos de diversos agentes históricos, como jornalistas, artistas e outros. Tal memorialística, para o historiador de hoje, constitui-se, a um só tempo, em fonte e objeto da história do regime militar, pois se ela descreve o período e suas mazelas — sendo fonte —, igualmente fornece suas interpretações necessariamente parciais — passíveis portanto de análise histórica.

Também a história política tradicional, sobretudo amparada nas fontes jornalísticas, vem contribuindo para a construção de alguns enunciados tidos como verdades consabidas, erigindo este ou aquele episódio em “marco histórico”, o que colabora, igualmente, para a constituição de certa mitologia política. É o caso do suposto “legalismo”, “moderação” ou “caráter de-

mocrático” de Castello Branco, ou de episódios momentosos que acabam servindo para definir uma cronologia do período (demissão do comandante do II Exército, Ednardo Dávilla Melo; afastamento do ministro do Exército, Sílvio Frota etc.).

Desse modo, o desafio para os historiadores que se debruçam sobre o período da Ditadura Militar consiste em superar essa fase (o que não significa desprezá-la), confrontando os conflitos de memórias e os enunciados aparentemente estabelecidos. Para tanto, novas fontes devem ser buscadas, notadamente aquelas de natureza sigilosa e emanadas do próprio regime, pois é flagrante que dificilmente surgirão novas revelações no campo das memórias, como já destacou Jacob Gorender. A tarefa poderia parecer de difícil realização, pois, para o senso comum, tais documentos provavelmente teriam sido destruídos. Felizmente não foi assim: aos poucos, tornam-se acessíveis acervos outrora secretos, produzidos por instâncias das comunidades de segurança e de informações, da propaganda política, dos órgãos de censura e assim por diante. Do mesmo modo, importantes arquivos privados também vêm à

tona, como os dos generais Geisel e Muricy.

É esse tipo de documentação que tem permitido revisar alguns mitos e estereótipos. Por exemplo, hoje temos elementos bastante consistentes para negar as versões que atribuíam o AI-5 à reação, pela linha dura, ante a opção, por parte da esquerda, pela luta armada, ou vice-versa, haja vista o caráter autônomo de ambos os projetos (para parte da esquerda revolucionária, o da luta armada, e, para a linha dura, o da eliminação de quaisquer dissensões em face das diretrizes da “segurança nacional”). O mesmo pode ser dito da tortura: negada pelos militares num primeiro momento, atribuída aos “excessos” de subalternos num segundo, hoje não é mais possível negar a responsabilidade e conivência dos oficiais-generais. Outros estereótipos também vão sendo revisitos, como o do caráter supostamente combativo da imprensa ante a censura política: às poucas atitudes de contestação, somavam-se numerosas práticas de autocensura e convivência pragmática com censores, como perceberam Anne-Marie Smith e Beatriz Kushnir. Igualmente, a mítica capacidade dos guerrilheiros brasileiros de esquerda trei-

nados em Cuba — que serviu como justificativa para as ações bárbaras da linha dura — era avaliação que desconhecia o elevado grau de romantismo e, sobretudo, de improvisação dos exercícios, como revelou Denise Rollemberg. Com a pesquisa de Serbin, agora é a vez da “Igreja progressista”.

O autor possui grande domínio da bibliografia (inclusive da mais recente) e soube mesclar muito bem as fontes encontradas no arquivo de Muricy com as entrevistas que fez com participantes da Bipartite. Esta foi a principal estratégia que usou para tentar completar as lacunas da documentação, pois Muricy, cioso de sua biografia (como tantos outros militares), fez ele próprio uma seleção dos papéis, de modo que algumas reuniões não estão documentadas (p. 215). Serbin não usou “imaginação histórica”, preferindo recorrer às entrevistas orais, e deixa bastante claro, para o leitor, as incompletudes do material histórico. Não obstante, poderia ter-se empenhado ainda mais na “desconstrução” do acervo, pois arquivos particulares, como todos sabemos, são construtos artificialíssimos, que devem ser interpretados muito mais como artefactos pensados por seus autores

(no caso, Muricy), do que como vestígios reveladores da própria dimensão ontológica da história.

O texto é bem elaborado, e o relato das reuniões, que poderia ser enfadonho, ganha em interesse com a habilidade de Kenneth P. Serbin de, ao mesmo tempo, construir uma narrativa da história do período e da história de sua pesquisa, como já mencionado. Talvez o livro pudesse ser mais sintético, já que alguns aspectos, provavelmente importantes para o leitor estrangeiro, surgem como supérfluos para o brasileiro (notadamente a recensão sobre a relação entre Igreja e Estado desde os anos 1950 no capítulo 1).

Em alguns momentos transparece uma visão algo otimista, uma tentativa de valorizar demasiadamente a Bipartite, o que é natural, pois todos tendemos a celebrar nossos objetos de estudo, mas quando Serbin diz que Médici usou “mais do que apenas repressão para lidar com a Igreja” (p. 52), ele parece sugerir que o general tenha tido uma iniciativa sincera de diálogo, e a própria pesquisa demonstra ânimo contrário: uma tentativa de manipular a Igreja, de refrear a impetuosidade de alguns bispos.

Um dos bons momentos de *Diálogos na sombra* é o enfrentamen-

to do antigo e temível problema da relação entre estrutura e sujeito: por um lado, a “utopia autoritária” da linha dura, (que consistia em completar a “operação limpeza” iniciada em 1964), amplamente vitoriosa após o AI-5, recomendava a expulsão de padres, a pressão ao Vaticano para se obter a transferência de bispos, a eliminação de subsídios às obras assistenciais da Igreja e, no limite, a prisão, a tortura e o extermínio de católicos “vermelhos”. Por outro, foi a trajetória pessoal de alguns indivíduos que, de algum modo, gestou a Comissão. Em grande medida, o que parece ter movido o general Muricy, um católico praticante, foi sua consciência trágica da condenação moral que a Igreja estava impondo ao regime militar. Desse modo, não parece abusivo falar-se de um oportunismo da parte de Médici e de seus assessores radicais ao deixarem Muricy agir e obter os ganhos possíveis, sem que uma contrapartida mais conseqüente fosse alcançada pela Igreja.

Nessa mesma linha, ressalte-se a qualidade da pesquisa por delinear, em toda a sua complexidade, os personagens envolvidos, evitando o simplismo dos rótulos generalizados. Assim, Eugênio Sales surge não

apenas como o cardeal conservador, mas também como defensor dos direitos humanos e benfeitor de refugiados políticos. Do mesmo modo, Fernando Gomes dos Santos, bispo “progressista” de Goiânia, aparece fazendo críticas públicas ao regime, mas contemporizando com os militares no âmbito da Bipartite.

O autor critica, corretamente, a divisão clássica dos militares entre os linhas-duras e os moderados, questionando a classificação de Médici como um linha-dura, já que o general patrocinou a Bipartite (p. 60). Realmente, a divisão é frágil e não realça muitos matizes e combinações, como as que dizem respeito à adesão a modelos de desenvolvimento econômico ou, mesmo, ao posicionamento diante da tortura (Geisel, por exemplo, um “moderado”, achava a tortura um mal menor...). Porém, não se pode descartar a velha classificação: a história da Ditadura também pode ser entendida como a trajetória da linha dura, que, de grupo de pressão durante o governo de Castello Branco, passou a “comunidade de informações e de segurança”, institucionalizadamente, a partir do AI-5, tendo seu auge precisamente sob o governo Médici.

Kenneth P. Serbin critica os historiadores que dão muita ênfase

ao aspecto repressivo da Ditadura Militar, acrescentando que o general Muricy e a Bipartite “apresentam um quadro diferente das Forças Armadas” (p. 61). Não creio que a avaliação seja correta. De fato, esse tipo de interlocução jamais deixou de existir, embora em termos restritos, sem alcançar a sistematicidade e a dimensão auferidas pela Bipartite. Penso em episódios ainda nebulosos, como o momento inicial do governo Costa e Silva e sua proposta de um “humanismo social” e suas tentativas de diálogo com alguns setores da sociedade, que em nada resultaram. Ou nas conversações da “Missão Portela”, especialmente no final de 1977. Ou, ainda, nas negociações que culminaram na aprova-

ção do projeto de anistia, em 1979. Naturalmente, seria improcedente comparar esses “diálogos na meia-luz” com os encontros secretos da Bipartite, mas eles pertencem ao mesmo campo.

Apesar da dimensão diferenciada da Bipartite, as iniciativas de diálogo do regime militar tiveram um papel subsidiário e, muitas vezes, não passaram de diversionismo. A utopia que prevaleceu não foi a do diálogo ou a da harmonia, mas a já mencionada “utopia autoritária”. Infelizmente, o vetor preponderante foi mesmo o repressivo. O diálogo que se pode brindar, isto sim, é o que se estabelece entre as renovadas tradições da história política — aqui e alhures.